MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 93, DE 2023

Altera a legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei altera a legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

Art. 2º - Os Anexos I e II e a Tabela de Vencimentos "B-3" da Lei nº 2.074, de 14 de outubro de 2011, com as modificações posteriormente procedidas, passam a vigorar com as alterações constantes dos que acompanham este diploma legal.

§ 1º - As alterações procedidas nos Anexos e na Tabela a que se refere o **caput** deste artigo implicam:

I - a criação, no Grupo Ocupacional B-8, de cem cargos de Professor de Educação Infantil T20; e

II - o acréscimo do Padrão 03 ao quadro da Tabela "B-3" no Anexo II e à Tabela "B-3", de Vencimentos do Quadro do Magistério, para o cargo de Professor de Educação Infantil T20.

§ 2º - A descrição e as atribuições das carreiras de Professor de Educação Infantil T40 e de Professor de Educação Infantil T20 são as que constam do respectivo Anexo que acompanha esta Lei, diferenciando-se tão somente quanto à jornada de trabalho de 40 ou de 20 horas semanais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 6 de junho de 2023.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

"ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO OCUP.	CLASSE	JORNADA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO	Nº DE CARGOS
B-8	...	...	...	...
	Professor de Educação Infantil T20	4 horas diárias e 20 horas semanais	Superior completo em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Educação Infantil, admitindo-se, ainda, Licenciatura Plena na Área de Educação, com ensino Médio Normal (Magistério) completo	100
TOTAL				2.103"

"ANEXO II

CARGOS DO MAGISTÉRIO DE ACORDO COM O PADRÃO DE VENCIMENTOS

...	
TABELA "B-3"	
PADRÃO	CARGO
...	...
03	Professor de Educação Infantil T20"

"Tabela de Vencimentos - Magistério - Junho/2023

TABELA "B-3" - QUADRO DO MAGISTÉRIO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PAD/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
3	2.210,33	2.320,84	2.436,89	2.558,73	2.686,67	2.821,00	2.962,05	3.110,15	3.265,66	3.428,94	3.600,39	3.780,41	3.969,43	4.167,90	4.376,30	4.595,11	4.824,87	5.066,11	5.319,42	5.585,39	5.864,66	6.157,89

..."

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

DESCRIÇÃO DE CLASSE:	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T40** **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T20**
NÍVEL:	ENSINO SUPERIOR
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T40: 40 HORAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T20: 20 HORAS
CARREIRA:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (T40 ou T20)
GRUPO OCUPACIONAL:	B-8 EDUCAÇÃO
ESCOLARIDADE	SUPERIOR COMPLETO EM PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR, COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL, ADMITINDO-SE, AINDA, LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, COM ENSINO MEDIO NORMAL (MAGISTÉRIO) COMPLETO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar o planejamento das atividades e dos projetos a serem realizados na instituição, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Deliberações do Conselho Municipal de Educação de Toledo, Currículo Básico para a Região Oeste do Paraná/ AMOP e Projeto Político-Pedagógico;

Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados;

Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento;

Planejar, em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extra-classe a serem realizadas;

Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico;

Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, crianças, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da Instituição de Ensino;

Detectar casos de crianças que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao profissional responsável pelas áreas afins;

Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula;

Executar todos os procedimentos de registros referentes ao processo de avaliação das crianças;

Zelar pelo patrimônio da instituição de ensino;

Planejar e Desenvolver atividades atendendo ao que preconiza a legislação da Educação Infantil: o cuidar e o educar indissociavelmente, oportunizando uma educação integral, priorizando o desenvolvimento físico, motor, intelectual e afetivo às crianças sob sua responsabilidade;

Atender as crianças, respeitando seu estágio de desenvolvimento, de acordo com suas habilidades e limitações;

Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na instituição de ensino em relação à educação, segurança, higiene e saúde, bem como no cuidado de todas, nos horários em que estiverem fora da sala, em outros espaços da instituição;

Realizar observações, registro, avaliação e planejamento de atividades pedagógicas próprias de cada faixa etária em conjunto com a coordenação;

Informar aos pais e/ou responsáveis sobre o desenvolvimento integral da criança (cognitivo, afetivo, motor e social);

Orientar, acompanhar e auxiliar as crianças durante a alimentação, repouso e higienização (escovação de dentes, higienização das mãos antes e depois das refeições, no banho, na ida ao banheiro), realizando os banhos e trocas quando necessário;

Incentivar hábitos de organização e asseio às crianças, zelando pela limpeza e higiene pessoal e do ambiente de escolar, orientando para criar hábitos de economia;

Participar na elaboração, execução, avaliação e reformulação do regimento interno da instituição e do Projeto Político-Pedagógico;

Respeitar os horários de medicamentos e dietas (quando necessário), em conformidade com prescrições médicas;

Receber e entregar as crianças aos responsáveis, observando estritamente os procedimentos preestabelecidos pelo Regimento Interno da instituição;

Contribuir com o bem-estar das crianças, propiciando um ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, tranquilidade e aconchego durante o período de adaptação, bem como adequando e organizando o espaço para o período de descanso das crianças, observando-as durante esse período;

Controlar a frequência e pontualidade das crianças na instituição, comunicar à coordenação em caso de faltas e atrasos em excesso, de acordo com Regimento Interno;

Auxiliar a criança na execução de atividades diárias, responsabilizando-se pelo processo de ensino-aprendizagem, estimulando-a em todas suas ações e movimentos, bem como incentivando-a a engatinhar, sentar e andar e propiciando o direito de comer sozinha, promovendo sua autonomia;

Tomar as devidas precauções para evitar o contágio de doenças infecto-contagiosas que possam ocorrer entre as crianças na instituição;

Comunicar aos pais e/ou responsáveis e à coordenação quando a criança adoecer no período de permanência na instituição;

Realizar procedimentos relacionados à saúde da criança no que diz respeito à temperatura, medicando-a conforme receituário médico e prestando atendimento prévio em caso de acidentes, comunicando e orientando os pais/responsáveis;

Discutir com a coordenação da instituição, qualquer dúvida ou dificuldade em relação à criança e à família, acatando a orientação recebida;

Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, no que diz respeito aos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais;

Promover e/ou favorecer a adaptação das crianças admitidas na instituição;

Participar de reuniões, programações e do planejamento de atividades desenvolvidas pela instituição;

Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico;

Manter e promover um relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, crianças, pais e diversos segmentos da comunidade, envolvidos nas atividades da instituição;

Zelar pelo patrimônio e organização do ambiente;

Desempenhar outras atividades correlatas.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 55, de 6 de junho de 2023

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS VEREADORAS,
SENHORES VEREADORES:

Pelo Ofício nº 335/2023-SRH, de 30 de maio de 2023 (cópia anexa), a Secretaria de Recursos Humanos do Município solicita a criação de 100 (cem) cargos de Professor de Educação Infantil T20, no Grupo Ocupacional B-8, para jornada de trabalho de 4 horas diárias e 20 horas semanais.

A medida justifica-se para atendimento da demanda da Secretaria Municipal da Educação, conforme exposto nos Ofícios nºs 742, 786 e 853/2023-SMED, tendo em vista que, na maioria dos Centros Municipais de Educação Infantil, tem-se verificado quantitativo de crianças menor em determinado turno e maior em outro, não se justificando, portanto, a manutenção de Professor de Educação Infantil T40 nos respectivos CMEIs em ambos os períodos.

Em vista disso e para ser possível a adequação do quadro de pessoal dos CMEIs de acordo com a carga horária necessária para cada um, propõe-se a criação dos 100 cargos de Professor de Educação Infantil T20, mediante a alteração dos Anexos I e II e da Tabela de Vencimentos "B-3" da Lei nº 2.074/2011, fixando-se o seu vencimento em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do estabelecido para o cargo de Professor de Educação Infantil T40.

Para tanto, submetemos à deliberação dessa Casa o incluso Projeto de Lei que **"altera a legislação que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo"**.

Em atendimento ao contido no artigo 21 da Lei Complementar nº 101/2000 e no artigo 127 do Regimento Interno dessa Casa, anexamos o **Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 09/2023**, decorrente da criação dos cargos acima especificadas.

Informa-se que a proposta anexa apresenta compatibilidade com o PPA, a LDO e a lei orçamentária anual, atendendo, portanto, as condições previstas nas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Colocamos à disposição desse Legislativo, representantes das Secretarias de Recursos Humanos e da Educação para prestarem outras informações e esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente,

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Excelentíssimo Senhor
DUDU BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal de
Toledo - Paraná

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 09 DO EXERCÍCIO DE 2023

ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TOLEDO. (Mensagem Nº 55 de 06/06/2023.)

DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

A proposta do orçamento-programa do Município de Toledo, consolidado, para o exercício de 2023, foi elaborado contendo a previsão dos recursos necessários para suprir as despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R$ 444.501.262,06 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões quinhentos e um mil duzentos e sessenta e dois reais e seis centavos). Deste valor, R$ 340.350.787,94 (trezentos e quarenta milhões trezentos e cinquenta mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) compõem o limite constitucional para despesas com pessoal, orçadas para 2023 em 47,96% da receita corrente líquida.

Conforme determinação constitucional, as despesas com pessoal compreendem os seguintes gastos: com a folha de pagamento dos servidores municipais e os encargos sociais dela decorrentes e as despesas com mão de obra dos serviços terceirizados.

Este valor foi apurado tomando-se por base a folha de pagamento do mês de junho/2022 multiplicada por 13,33 meses, correspondente a 12 (doze) meses de salário, 01 (um) mês para cômputo do 13º salário, e 1/3 (um terço) referente a abono de férias constitucional. Também foram acrescidos de reajuste salarial e avanços de carreira obtidos pelos servidores efetivos, conforme disposto no plano de cargos e vencimentos dos servidores.

A receita corrente líquida estimada para o exercício de 2023 é de R$ 709.695.028,50 (setecentos e nove milhões seiscentos e noventa e cinco mil vinte e oito reais e cinquenta centavos). Este valor foi apurado considerando a evolução das receitas municipais dos últimos sete anos, especialmente as receitas de transferências de impostos e as receitas tributárias municipais.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2025

O Relatório de Impacto Orçamentário nº 01/2023, de 17 de novembro de 2022, relativo à Lei nº 2.558 de 13/03/2023 alterou a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo, através da criação de adicional pela prestação de serviços de alta complexidade do SUAS à 74

(setenta e quatro) servidores, a partir do exercício de 2023. O Adicional em questão corresponderá a 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da Referência "A" do Padrão 6 da Tabela A-1 da Lei nº 1.821/1999 ou sucedâneo, por mês ou fração, sendo devido pelo período em que o servidor estiver no efetivo exercício de suas atribuições nas Unidades nele referidas, não se incorporando à sua remuneração, a qualquer título, nem integrando o salário de contribuição para efeito previdenciário. Para efeitos do impacto, o valor atual de tal adicional seria de R$ 484,37 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Com a promulgação da referida lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 48,03% para 2023; 46,70% para 2024 e 45,40% para 2025.

O Relatório de Impacto Orçamentário nº 02/2023, de 30 de novembro de 2022 apresentou alterações dispostas na Lei nº 2.545 de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais de Toledo, através das seguintes modificações:

I - a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo:

a) no Grupo Ocupacional A-1, de mais 25 de Assistente em Administração (I, II e III);

b) no Grupo Ocupacional B-2:

1. de mais 5 de Assistente Social (I, II e III);

2. de mais 40 (quarenta) de Cuidador Social (I, II e III); e

3. de mais 5 (cinco) de Psicólogo (I, II e III); e

c) no Grupo Ocupacional B-5:

1. de mais 13 (treze) de Enfermeiro (I, II e III);

2. de mais 2 (dois) de Enfermeiro T8-ESF (I, II e III);

3. de mais 10 (dez) de Médico T4 - Clínico Geral (I, II e III);

4. de mais 1 (um) de Médico T4 - Médico do Trabalho (I, II e III);

5. de mais 13 (treze) de Médico T4 - Pediatra (I, II e III);

6. de mais 10 (dez) de Médico T6 - Clínico Geral (I, II e III);

7. de mais 16 (dezesseis) de Médico T6 - Pediatra (I, II e III);

8. de mais 6 (seis) de Médico T8 - ESF (I, II e III);

9. de mais 10 (dez) de Odontólogo T4 (I, II e III);

10. de mais 54 (cinquenta e quatro) de Técnico em Enfermagem (I, II e III);

11. de mais 11 (onze) de Técnico em Enfermagem T8 - ESF (I, II e III);

12. de mais 20 (vinte) de Técnico em Farmácia (I, II e III); e

13. de mais 8 (oito) de Técnico em Higiene Dental (I, II e III); e

II – criação de mais 1 (um) cargo em comissão de Coordenador de Serviço de Alta Complexidade do SUAS, Símbolo CC-3-AC, na Secretaria de Assistência Social.

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 02 estimava percentuais de gastos com despesas de pessoal de 51,35% para 2023, 50,38% para 2024 e 48,98% para 2025.

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 03, de 11 de janeiro de 2023, relativo ao **Projeto de Lei nº 04 de 11/01/2023** autoriza o Executivo municipal a cumprir acordo firmado em processo judicial, no qual o Município passará a pagar ao autor da Ação, a título de vencimento, a partir da aprovação legislativa, o valor mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais), referente à carreira de Engenheiro de Trânsito, na qual o servidor se encontra atualmente, sem prejuízo de futuras promoções e progressões na carreira.

Com a aprovação do referido projeto de lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 51,36% para 2023, 50,39% para 2024 e 48,99% para 2025.

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 04, de 23 de fevereiro de 2023, relativo à Lei nº 2.570 de 11 de abril de 2023 alterou a legislação que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo, através da seguinte modificação:

I. Reenquadramento da Servidora Soeli Aparecida Ganda Brixner da Tabela "B-1" - Coordenadora Escolar - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20;
II. Reenquadramento da Servidora Solange Cristina Felicetti Santin da Tabela "B-1" - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20.

Com a aprovação do referido projeto de lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 51,36% para 2023, 50,39% para 2024 e 48,99% para 2025.

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 05, de 23 de fevereiro de 2023, relativo à Lei nº 2.560 de 13 de março de 2023 reajustou o valor do subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, nos seguintes valores:

I. Prefeito: R$ 26.537,16 (vinte e seis mil quinhentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos);
II. Vice-prefeito: R$ 13.268,58 (treze mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos);
III. Secretários municipais: R$ 11.278,28 (onze mil duzentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos)

Com a aprovação do referido projeto de lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 51,38% para 2023, 50,42% para 2024 e 49,02% para 2025.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 08/2023, relativo à Lei nº 2.582 de 10 de maio de 2023 alterou o Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais de Toledo, através das seguintes modificações:

I - a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo:

a) no Grupo Ocupacional A-1:

1. de mais 30 (trinta) de Assistente em Administração (I, II e III);
2. de mais 2 (dois) de Técnico em Segurança no Trabalho (I, II e III); e
3. de mais15 (quinze) de Analista em Administração e Planejamento (I, II e III);

b) no Grupo Ocupacional B-1: de mais 2 (dois) de Fiscal em Meio Ambiente (I, II e III);

c) no Grupo Ocupacional B-2:

1. de mais 10 (dez) de Assistente Social (I, II e III); e
2. de mais 10 (dez) de Psicólogo (I, II e III); e

d) no Grupo Ocupacional B-5:

1. de mais 10 (dez) de Auxiliar em Saúde Bucal (I, II e III);
2. de mais 10 (dez) de Técnico em Enfermagem (I, II e III);
3. de mais 10 (dez) de Médico T6 - Clínico Geral (I, II e III);
4. de mais 2 (dois) de Médico T4 - Cardiologista (I, II e III);
5. de mais 10 (dez) de Médico T4 - Clínico Geral (I, II e III);
6. de mais 2 (dois) de Médico T4 - Endocrinologista (I, II e III);
7. de mais 5 (cinco) de Médico T4 - Ginecologista/Obstetra (I, II e III);
8. de mais 23 (vinte e três) de Médico T4 - Pediatra (I, II e III);
9. de mais 2 (dois) de Médico T4 - Psiquiatra (I, II e III);
10. de mais 1 (um) de Médico T4 - Reumatologista (I, II e III);
11. de mais 2 (dois) de Médico T4 - Ultrassonografista (I, II e III);
12. de mais 8 (oito) de Odontólogo - ESF/ESB (I, II e III);
13. de mais 10 (dez) de Enfermeiro T8 - ESF (I, II e III);
14. de mais 15 (quinze) de Técnico em Saúde Bucal T8 - ESF/ESB (I, II e III);
15. de mais 4 (quatro) de Auxiliar em Saúde Bucal T8 - ESF/ESB (I, II e III);
16. de mais 6 (seis) de Farmacêutico (I, II e III); e
17. de mais 1 (um) de Médico T4 - Infectologista (I, II e III).

Com a aprovação do referido projeto de lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 53,41% para 2023, 53,69% para 2024 e 52,20% para 2025.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

O Relatório de Impacto Orçamentário n° 09/2023, de 06 de junho de 2023 propõe alterações dispostas no projeto de lei, referente à Mensagem n° 55 de 06 de junho de 2023, que dispõe sobre a alteração da legislação que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo, através das seguintes modificações:

I - a criação, no Grupo Ocupacional B-8, de cem cargos de Professor de Educação Infantil T20; e

II - o acréscimo do Padrão 03 ao quadro da Tabela "B-3" no Anexo II e à Tabela "B-3", de Vencimentos do Quadro do Magistério, para o cargo de Professor de Educação Infantil T20.

Com a aprovação do referido projeto de lei, os percentuais de gastos com despesas de pessoal serão de 53,41% para 2023, 54,20% para 2024 e 52,69% para 2025, conforme discriminado no Anexo I apensado a este relatório.

Para os exercícios de 2024 a 2025 a metodologia de cálculo foi semelhante à utilizada para 2023 sendo acrescidos 8% de aumento na receita corrente líquida e 5% na despesa com pessoal.

As despesas decorrentes do que é disposto no **Projeto de Lei** relativo à **Mensagem nº 55 de 06/06/2023** possuem adequação orçamentária contemplados por créditos genéricos, conforme prevê o inciso I, § 1°, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como estão compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Toledo e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023.

Os percentuais informados poderão sofrer variação em virtude de fatores como a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida e notadamente pela efetiva arrecadação das receitas, fatos estes que influenciam sobremaneira na apuração do índice de despesa com pessoal.

DO IMPACTO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2023

A autorização para que o Executivo municipal possa cumprir acordo firmado em processo judicial, conforme Projeto de Lei relativo à **Mensagem nº 55 de 06 de junho de 2023** acarretará em aumento das despesas e por consequência no índice de despesas com pessoal.

Segundo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da Secretaria do Tesouro Nacional, o cálculo das despesas com pessoal e da receita corrente líquida deve ser elaborado considerando o somatório das despesas e receitas dos últimos 12 (doze) meses. Desta forma, o exposto no artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000 de que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre, para fins de apuração do impacto financeiro que causará a aprovação do Projeto de Lei relativo à **Mensagem nº 55 de 06 de junho de 2023**, os demonstrativos da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida (Anexo II e Anexo

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

III) foram elaborados considerando as despesas realizadas e as receitas arrecadadas no período de Maio/2022 a Abril/2023, apresentando os seguintes resultados:

Despesa com Pessoal - Maio/2022 a Abril/2023	R$ 326.537.655,26
Despesa com Pessoal para 01 (um) mês com as alterações relativas às **Leis nºs 2545, de 27 de dezembro de 2022; 2558, de 13 de março de 2023; 2570, de 11 de abril de 2023; 2560, de 13 de março de 2023; 2582, de 10 de maio de 2023; Projeto de Lei nºs 04, de 11 de janeiro de 2023; Projeto de Lei relativo à Mensagem nº 55 de 06 de junho de 2023**	R$ 3.954.494,33
TOTAL DESPESA COM PESSOAL	R$ 330.492.149,59
Receita Corrente Líquida - Maio/2022 a Abril/2023	R$ 709.828.177,92
Limite de Despesa com Pessoal	46,56%

Para o cálculo das despesas com pessoal e receita corrente líquida foi utilizada metodologia conforme orientações da Instrução Normativa nº 174/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Foi acrescido à despesa com pessoal o valor referente um mês com as alterações propostas no Projeto de Lei relativo à **Mensagem nº 55 de 06 de junho de 2023**, atingindo o percentual da despesa com pessoal em 46,56%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apontadas no Relatório de Impacto Orçamentário, que apresenta dados de todo o exercício de 2023 e também projeta a despesa para os dois próximos exercícios, evidenciam que a alteração solicitada através do Projeto de Lei relativo à **Mensagem nº 55 de 06 de junho de 2023** incorrerá em excesso, excedendo os 95% (noventa e cinco por cento) do limite definido pelo artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

O impacto orçamentário delineia projeção futura, visto que apresenta dados de todo o exercício de 2023 e também projeta a despesa para os dois próximos exercícios. O impacto financeiro demonstra em quanto a alteração não afetará a situação financeira do respectivo exercício, de forma que seja evidenciado que a receita comporta a nova despesa.

Toledo, 05 de junho de 2023.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ANEXO I

RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 09 DO ORÇAMENTO DE 2023 - MENSAGEM Nº 55, DE 06 DE JUNHO DE 2023

ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TOLEDO.

ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	Pad	Tabela
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 01 DO ORÇAMENTO DE 2023 - LEI Nº 2558 DE 13 DE MARÇO DE 2023		
A criação de Adicional pela Prestação de Serviços de Alta Complexidade do SUAS, para 74 (setenta e quatro) servidores.		
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 02 DO ORÇAMENTO DE 2023 - LEI Nº 2545 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022		
Criação de mais 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente em Administração (I, II e III), no Grupo Ocupacional A-1	5	A
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Assistente Social (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	9	A
Criação de mais 40 (quarenta) cargos de Cuidador Social (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	6	A
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Psicólogo (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	9	A
Criação de mais 13 (treze) cargos de Enfermeiro (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	9	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Enfermeiro T8-ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	36	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T4 - Clínico Geral (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	18	A
Criação de mais 1 (um) cargo de Médico T4 - Médico do Trabalho (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	18	A
Criação de mais 13 (treze) cargos de Médico T4 - Pediatra (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	18	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T6 - Clínico Geral (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	15	A
Criação de mais 16 (dezeseis) cargos de Médico T6 - Pediatra (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	15	A
Criação de mais 6 (seis) cargos de Médico T8 - ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	24	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Odontólogo T4 (I, II e III) , no Grupo Ocupacional B-5	39	A
Criação de mais 54 (cinquenta e quatro) cargos de Técnico em Enfermagem (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	6	A
Criação de mais 11 (onze) cargos de Técnico em Enfermagem T8-ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	33	A
Criação de mais 20 (vinte) cargos de Técnico em Farmácia (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	6	A
Criação de mais 8 (oito) cargos de Técnico em Higiene Dental (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	6	A
Criação de 1 (um) cargo de Coordenador(a) de Serviços de Alta Complexidade do SUAS	3AC	C
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 03 DO ORÇAMENTO DE 2023 - PROJETO DE LEI Nº 04 DE 11 DE JANEIRO DE 2023		
Pagamento do piso salarial da categoria de Engenheiros para o Engenheiro de Trânsito Fabiano De Paula Leite Faria, conforme acordo firmado em processo judicial.		
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 04 DO ORÇAMENTO DE 2023 - LEI Nº 2570 DE 11 DE ABRIL DE 2023		
Reenquadramento da Servidora Soeli Aparecida Ganda Brixner da Tabela "B-1" - Coordenadora Escolar - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20	1	B-2
Reenquadramento da Servidora Solange Cristina Felicetti Santin da Tabela "B-1" - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20	1	B-2
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 05 DO ORÇAMENTO DE 2023 - LEI Nº 2560 DE 13 DE MARÇO DE 2023		
Reajuste do subsídio do Prefeito		
Reajuste do subsídio do Vice-Prefeito		
Reajuste do subsídio dos 19 cargos de primeiro escalão - CC-1		
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 08 DO ORÇAMENTO DE 2023 - LEI Nº 2582 DE 10 DE MAIO DE 2023		
Criação de mais 15 (quinze) cargos de Analista Em Administração e Planejamento I	9	A
Criação de mais 30 (trinta) cargos de Assistente em Administração I	5	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Assistente Social I	9	A
Criação de mais 4 (quatro) cargos de Auxiliar Em Saude Bucal T8 Esf/Esb	30	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Auxiliar Em Consult Dentário I	3	A

Criação de mais 10 (dez) cargos de Enfermeiro T8 - Esf	36	A
Criação de mais 6 (seis) cargos de Farmacêutico I	9	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Fiscal Em Meio Ambiente I	6	A
Criação de mais 1 (um) cargos de Médico T4 - Infectologista I	18	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Cardiologista	18	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T4 - Clinico Geral	18	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Endocrinologista	18	A
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Médico T4 - Ginecologista/Obstetra	18	A
Criação de mais 23 (vinte e três) cargos de Médico T4 - Pediatra	18	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Psiquiatra	18	A
Criação de mais 1 (um) cargos de Médico T4 - Reumatologista	18	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Ultrassonografista	18	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T6 - Clinico Geral I	15	A
Criação de mais 8 (oito) cargos de Odontólogo Esf-Esb I	27	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Psicólogo I	9	A
Criação de mais 10 (dez) cargos de Técnico em Enfermagem I	6	A
Criação de mais 2 (dois) cargos de Técnico em Segurança do Trabalho I	6	A
Criação de mais 15 (quinze) cargos de Técnico em Higiene Bucal T8-ESF/ESB I	33	A
Extinção de 23 (vinte e três) cargos de Professor I - Equiparado	1	A
RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 09 DO ORÇAMENTO DE 2023 - MENSAGEM Nº 55, DE 06 DE JUNHO DE 2023		
Criação de mais 100 (cem) cargos de Professor de Educação Infantil T20	3	B-3

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2023 - ACUMULADO

CARGOS	VENC	INSALUB	ATS	GRATIFICAÇÃO	Nº DE CARGOS	OCUPAÇÃO EM MESES	TOTAL ANO	13º SALÁRIO	1/3 FÉRIAS	CAST 4%	FAPES	INSS	FGTS 8%	TOTAL C/ CAST
A criação de Adicional pela Prestação de Serviços de Alta Complexidade do SUAS, para 74 (setenta e quatro) servidores.	484,37				74	12	430.120,56	35.843,38	11.947,79					477.911,73
Criação de mais 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente em Administração (I, II e II), no Grupo Ocupacional A-1	2.017,97				25	12	605.391,00	50.449,25	16.816,42	24.215,64	141.257,90			838.130,21
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Assistente Social (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	4.128,33				5	12	247.699,80	20.641,65	6.880,55	9.907,99	57.796,62			342.926,61
Criação de mais 40 (quarenta) cargos de Cuidador Social (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	2.421,85				40	12	1.162.488,00	96.874,00	32.291,33	46.499,52	271.247,20			1.609.400,05
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Psicólogo (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-2	4.128,33				5	12	247.699,80	20.641,65	6.880,55	9.907,99	57.796,62			342.926,61
Criação de mais 13 (treze) cargos de Enfermeiro (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	4.128,33	605,39			13	12	738.460,48	61.538,37	20.512,79	25.760,78	150.271,21			996.543,63
Criação de mais 2 (dois) cargos de Enfermeiro T8-ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	5.784,82	605,39			2	12	153.365,06	12.780,42	4.260,14	5.553,43	32.394,99			208.354,05
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T4 - Clínico Geral (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	11.511,58	605,39			10	12	1.454.036,52	121.169,71	40.389,90	55.255,58	322.324,24			1.993.175,96
Criação de mais 1 (um) cargo de Médico T4 - Médico do Trabalho (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	11.511,58	605,39			1	12	145.403,65	12.116,97	4.038,99	5.525,56	32.232,42			199.317,60
Criação de mais 13 (treze) cargos de Médico T4 - Pediatra (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	11.511,58	605,39			13	8	1.260.164,98	105.013,75	35.004,58	47.888,17	279.347,67			1.727.419,16

Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T6 - Clínico Geral (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	17.267,36	605,39			10	12	2.144.730,12	178.727,51	59.575,84	82.883,33	483.486,08			2.949.402,87
Criação de mais 16 (dezeseis) cargos de Médico T6 - Pediatra (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	17.267,36	605,39			16	8	2.287.712,13	190.642,68	63.547,56	88.408,88	515.718,49			3.146.029,73
Criação de mais 6 (seis) cargos de Médico T8 - ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	23.022,67	605,39			6	8	1.134.146,93	94.512,24	31.504,08	44.203,53	257.853,90			1.562.220,68
Criação de mais 10 (dez) cargos de Odontólogo T4 (I, II e III) , no Grupo Ocupacional B-5	7.633,31	605,39			10	12	988.644,12	82.387,01	27.462,34	36.639,89	213.732,68			1.348.866,03
Criação de mais 54 (cinquenta e quatro) cargos de Técnico em Enfermagem (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	2.421,85	605,39			54	12	1.961.652,17	163.471,01	54.490,34	62.774,35	366.183,72			2.608.571,59
Criação de mais 11 (onze) cargos de Técnico em Enfermagem T8-ESF (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	3.250,10	605,39			11	12	508.924,81	42.410,40	14.136,80	17.160,53	100.103,08			682.735,62
Criação de mais 20 (vinte) cargos de Técnico em Farmácia (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	2.421,85	605,39			20	12	726.537,84	60.544,82	20.181,61	23.249,76	135.623,60			966.137,63
Criação de mais 8 (oito) cargos de Técnico em Higiene Dental (I, II e III), no Grupo Ocupacional B-5	2.421,85	605,39			8	8	193.743,42	16.145,29	5.381,76	6.199,94	36.166,29			257.636,70
Criação de 1 (um) cargo de Coordenador(a) de Serviços de Alta Complexidade do SUAS	5.507,75				1	12	66.093,00	5.507,75	1.835,92	2.643,72	15.421,70			91.502,09
Pagamento do piso salarial da categoria de Engenheiros para o Engenheiro de Trânsito Fabiano De Paula Leite Faria, conforme acordo firmado em processo judicial.	4.731,09		212,90		1	12	59.327,88	4.943,99	1.648,00	2.270,92	13.843,17			82.033,96
Renúncia do autor da ação, de Gratificação de Responsabilidade Técnica (GRT) atribuída ao servidor Engenheiro de Trânsito Fabiano De Paula Leite Faria, conforme acordo firmado em processo judicial.				- 2.064,17	1	12	-24.770,04	-2.064,17	-688,06					-27.522,27
Reenquadramento da Servidora Soeli Aparecida Ganda Brixner da Tabela "B-1" - Coordenadora Escolar - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20	492,27		46,77		1	9	4.851,39	404,28	134,76	177,22	1.103,69			6.671,34
Reenquadramento da Servidora Solange Cristina Felicetti Santin da Tabela "B-1" - Professor 1 para a Tabela "B-2" - Professor II T20	404,99		42,52		1	9	4.027,59	335,63	111,88	145,80	916,28			5.537,17
Reajuste do subsídio do Prefeito	1.433,42				1	9	12.900,78					2.995,14		15.895,92
Reajuste do subsídio do Vice-Prefeito	716,71				1	9	6.450,39					1.497,57		7.947,96
Reajuste do subsídio dos 19 cargos de primeiro escalão - CC-1	609,20				19	9	104.173,20	8.681,10	2.893,70			26.201,04		141.949,04
Criação de mais 15 (quinze) cargos de Analista Em Administração e Planejamento I	4.402,86				15	7	462.300,30	38.525,03	12.841,68	18.492,01	105.173,32			637.332,33
Criação de mais 30 (trinta) cargos de Assistente em Administração I	2.152,17				30	7	451.955,70	37.662,98	12.554,33	18.078,23	102.819,92			623.071,15
Criação de mais 10 (dez) cargos de Assistente Social I	4.402,86				10	7	308.200,20	25.683,35	8.561,12	12.328,01	70.115,55			424.888,22
Criação de mais 4 (quatro) cargos de Auxiliar Em Saude Bucal T8 Esf/Esb	2.415,61	645,65			4	7	85.715,31	5.636,42	1.878,81	2.705,48	15.387,44			111.323,46
Criação de mais 10 (dez) cargos de Auxiliar Em Consult Dentário I	1.532,28	645,65			10	7	152.455,17	8.938,30	2.979,43	4.290,38	24.401,56			193.064,85
Criação de mais 10 (dez) cargos de Enfermeiro T8 - Esf	6.169,51	645,65			10	7	477.061,27	35.988,81	11.996,27	17.274,63	98.249,45			640.570,42
Criação de mais 6 (seis) cargos de Farmacêutico I	4.402,86	645,65			6	7	212.037,46	15.410,01	5.136,67	7.396,80	42.069,33			282.050,27
Criação de mais 2 (dois) cargos de Fiscal Em Meio Ambiente I	2.582,90	774,87			2	7	47.008,78	3.013,38	1.004,46	1.446,42	8.226,54			60.699,58
Criação de mais 1 (um) cargos de Médico T4 - Infectologista I	12.277,10	645,65			1	7	90.459,26	7.161,64	2.387,21	3.437,59	19.551,28			122.996,98

Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Cardiologista	12.277,10	645,65			2	7	180.918,51	14.323,28	4.774,43	6.875,18	39.102,56			245.993,96
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T4 - Clinico Geral	12.277,10	645,65			10	7	904.592,57	71.616,42	23.872,14	34.375,88	195.512,82			1.229.969,82
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Endocrinologista	12.277,10	645,65			2	7	180.918,51	14.323,28	4.774,43	6.875,18	39.102,56			245.993,96
Criação de mais 5 (cinco) cargos de Médico T4 - Ginecologista/Obstetra	12.277,10	645,65			5	7	452.296,29	35.808,21	11.936,07	17.187,94	97.756,41			614.984,91
Criação de mais 23 (vinte e três) cargos de Médico T4 - Pediatra	12.277,10	645,65			23	7	2.080.562,91	164.717,76	54.905,92	79.064,52	449.679,48			2.828.930,59
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Psiquiatra	12.277,10	645,65			2	7	180.918,51	14.323,28	4.774,43	6.875,18	39.102,56			245.993,96
Criação de mais 1 (um) cargos de Médico T4 - Reumatologista	12.277,10	645,65			1	7	90.459,26	7.161,64	2.387,21	3.437,59	19.551,28			122.996,98
Criação de mais 2 (dois) cargos de Médico T4 - Ultrassonografista	12.277,10	645,65			2	7	180.918,51	14.323,28	4.774,43	6.875,18	39.102,56			245.993,96
Criação de mais 10 (dez) cargos de Médico T6 - Clinico Geral I	18.415,64	645,65			10	7	1.334.290,37	107.424,57	35.808,19	51.563,79	293.269,07			1.822.355,98
Criação de mais 8 (oito) cargos de Odontólogo Esf-Esb I	16.282,13	645,65			8	7	947.955,74	75.983,27	25.327,76	36.471,97	207.434,34			1.293.173,07
Criação de mais 10 (dez) cargos de Psicólogo I	4.402,86				10	7	308.200,20	25.683,35	8.561,12	12.328,01	70.115,55			424.888,22
Criação de mais 10 (dez) cargos de Técnico em Enfermagem I	2.582,90	645,65			10	7	225.998,57	15.066,92	5.022,31	7.232,12	41.132,68			294.452,59
Criação de mais 2 (dois) cargos de Técnico em Segurança do Trabalho I	2.582,90				2	7	36.160,60	3.013,38	1.004,46	1.446,42	8.226,54			49.851,40
Criação de mais 15 (quinze) cargos de Técnico em Higiene Bucal T8-ESF/ESB I	3.466,23	645,65			15	7	431.747,51	30.329,51	10.109,84	14.558,17	82.799,57			569.544,59
Criação de mais 100 (cem) cargos de Professor de Educação Infantil T20	2.210,33				100	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Total							**26.447.107,09**	**2.155.836,78**	**718.612,26**	**967.889,20**	**5.592.703,92**	**30.693,75**	**0,00**	**35.912.842,99**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2023 (previsão Orçamento 2023): **R$ 709.695.028,50**

CÁLCULO DESPESA COM PESSOAL COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - ESTIMATIVA DE VAGAS 2023

DESPESA PESSOAL - estimativa 2023	R$ 340.350.787,94
ESTIMATIVA DE CUSTOS COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2023 - com reajuste	R$ 38.678.131,90
TOTAL	R$ 379.028.919,84
% DESPESAS PESSOAL	**53,41%**

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2024 - ACUMULADO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2024 - estimativa 8% aumento sobre 2023: **R$ 766.470.630,78**

CÁLCULO DESPESA COM PESSOAL COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - ESTIMATIVA DE VAGAS 2024

DESPESA PESSOAL - estimativa 2023	R$ 379.028.919,84
Reajuste salarial 2024 - estimativa 5%	R$ 18.951.445,99
Saldo de meses dos contratados 2023 com reajuste 5%	R$ 17.414.099,13
TOTAL	R$ 415.394.464,97
% DESPESAS PESSOAL	**54,20%**

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2025 - ACUMULADO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2025 - estimativa 8% aumento sobre 2024: **R$ 827.788.281,24**

CÁLCULO DESPESA COM PESSOAL COM ALTERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - ESTIMATIVA DE VAGAS 2025

DESPESA PESSOAL - estimativa 2024	R$ 415.394.464,97
Reajuste salarial 2025 - estimativa 5%	R$ 20.769.723,25
TOTAL	R$ 436.164.188,22
% DESPESAS PESSOAL	**52,69%**

Toledo, 05 de junho de 2023.

SINCLER GUSTAVO MIGUEL
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E URBANISMO

ANEXO II

MUNICÍPIO DE TOLEDO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MAIO/2022 A ABRIL/2023

ESPECIFICAÇÃO	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23		TOTAL
RECEITAS CORRENTES (I)	75.143.888,42	61.498.628,96	71.502.902,24	67.739.296,17	60.924.161,46	67.089.604,25	63.853.617,20	81.537.212,00	82.638.890,05	69.211.351,02	82.122.811,70	79.442.389,07	862.704.752,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.936.701,20	14.158.711,95	14.093.021,74	15.558.834,91	14.862.096,85	14.366.650,39	16.393.610,55	16.320.669,77	13.157.590,96	12.362.716,88	23.422.785,44	22.937.742,64	193.586.133,28
IPTU	4.245.470,47	3.894.017,49	3.831.832,18	4.077.635,34	3.801.542,58	3.733.582,20	3.830.042,31	4.792.170,51	2.454.214,62	2.495.039,91	10.363.871,87	10.794.187,24	58.313.606,72
ISS	5.292.659,99	4.578.597,04	4.854.474,15	6.007.459,79	4.944.462,56	4.887.863,34	4.788.441,38	5.113.041,74	5.462.420,78	4.673.212,21	5.323.708,95	5.012.265,48	60.938.607,41
ITBI	2.615.951,11	1.925.515,32	1.524.016,36	1.510.202,46	2.251.035,52	2.003.042,38	1.492.811,00	2.175.212,58	1.608.891,52	1.359.972,51	1.809.111,78	1.565.316,38	21.841.078,97
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.782.619,63	3.760.582,10	3.882.699,05	3.963.537,32	3.865.056,19	3.762.162,47	6.282.315,86	4.240.244,94	3.627.064,04	3.834.492,25	5.926.092,84	5.565.973,54	52.492.840,23
Receita de Contribuições	4.910.931,09	4.923.201,09	4.878.831,78	4.876.277,82	4.949.142,68	4.802.978,55	5.098.934,29	9.687.662,87	2.430.734,84	5.309.057,55	5.399.440,80	5.835.506,41	63.102.699,77
MUNICÍPIO	1.885.623,34	1.870.600,64	1.840.602,32	1.793.047,65	1.864.444,79	1.746.982,84	1.870.464,81	1.675.056,80	2.009.979,55	2.128.722,42	2.176.267,97	2.422.008,04	23.483.801,17
CAST	955.118,00	956.608,38	955.291,13	966.739,59	945.190,05	943.176,49	952.275,82	1.613.832,69	300.275,33	964.930,27	972.958,37	1.005.316,59	11.531.712,71
FAPES	2.070.189,75	2.095.992,07	2.082.938,33	2.116.490,58	2.139.507,84	2.112.819,22	2.276.193,66	6.198.773,38	120.479,96	2.215.404,86	2.250.214,46	2.408.181,78	28.087.185,89
Receita Patrimonial	6.099.037,87	3.944.202,71	9.220.761,96	6.554.690,22	4.500.002,97	10.803.115,06	3.160.851,26	6.386.907,79	7.367.580,68	5.157.059,44	9.542.938,99	7.032.672,76	79.769.821,71
MUNICÍPIO	2.163.644,23	2.707.378,51	2.653.370,96	2.700.184,79	3.071.002,82	2.818.243,05	2.665.247,56	4.869.291,37	160.445,92	2.619.162,44	2.232.369,09	2.759.943,72	31.420.284,46
CAST	111.648,59	108.901,87	110.080,08	132.073,43	122.084,46	117.518,10	119.938,53	133.936,71	137.097,47	95.975,88	136.835,98	109.107,36	1.435.198,46
FAPES	3.781.768,05	1.090.579,31	6.414.074,63	3.675.058,88	1.266.216,06	7.827.071,88	330.499,30	1.338.521,54	7.018.686,10	2.394.831,38	7.111.742,83	4.116.769,40	46.365.819,36
FUNTEC													-
FUNREBOM	7.617,42	7.048,49	6.820,52	7.352,63	5.749,05	4.825,72	4.635,35	4.633,71	4.473,76	6.288,70	9.620,91	7.255,42	76.321,68
FUNDO DE TRÂNSITO	34.359,58	30.294,53	36.415,77	40.020,49	34.950,58	35.456,31	40.530,52	40.524,46	46.877,43	40.801,04	52.370,18	39.596,86	472.197,75
Receita Agropecuária													-
Receita Industrial													-
Receita Serviços	365.165,16	332.331,97	446.061,85	401.662,77	452.853,21	262.879,48	420.147,41	510.091,51	174.053,52	242.984,38	535.830,26	324.307,82	4.468.369,34
MUNICÍPIO	365.165,16	332.331,97	446.061,85	401.662,77	452.853,21	262.879,48	420.147,41	510.091,51	174.053,52	242.984,38	535.830,26	324.307,82	4.468.369,34
FUNDO DE TRÂNSITO													-
FUNTEC													-
Transferências Correntes	46.320.520,11	36.583.968,35	41.470.724,78	39.052.800,97	34.759.764,65	35.191.242,24	37.499.268,71	46.475.748,60	57.888.843,25	44.911.732,48	41.507.901,92	41.033.633,60	502.696.149,66
Cota Parte do FPM-Bruto	10.879.169,81	10.179.539,46	8.730.263,63	9.950.407,58	8.253.440,08	8.705.719,16	10.941.504,26	11.709.995,59	10.738.359,94	14.736.171,20	9.000.235,64	10.290.078,05	124.114.884,40
Cota Parte do ICMS-Bruto	17.175.468,26	14.148.585,75	14.065.532,94	16.690.221,09	14.337.294,48	13.961.587,75	13.336.791,84	13.128.316,62	15.060.377,79	12.272.641,36	13.798.374,33	14.431.049,76	172.406.241,97
Cota Parte do IPVA-Bruto	4.297.739,61	1.616.143,36	1.396.384,21	1.253.949,17	962.351,08	174.648,11	833.140,19	1.017.481,43	19.616.875,07	6.294.026,39	6.334.099,76	5.258.730,42	49.055.568,80
Transferências do FUNDEB	7.266.346,64	6.818.050,25	6.295.237,37	6.709.150,88	6.227.797,26	6.164.216,46	6.394.762,33	6.371.413,80	8.774.993,87	7.630.865,18	20.329,17	7.258.614,46	75.931.777,67
Outras Transferências Correntes	6.701.795,79	3.821.649,53	10.983.306,63	4.449.072,25	4.978.881,75	6.185.070,76	5.993.070,09	14.248.541,16	3.698.236,58	3.978.028,35	12.354.863,02	3.795.160,91	81.187.576,82
Outras Receitas Correntes	1.511.532,99	1.556.212,89	1.393.500,13	1.295.029,48	1.400.301,10	1.642.738,53	1.280.804,98	2.156.131,46	1.625.086,80	1.227.800,29	1.713.914,29	2.278.525,84	19.081.578,78
MUNICÍPIO	550.539,19	732.611,51	560.449,65	358.362,51	401.803,28	716.393,56	269.228,50	718.656,10	313.975,31	190.766,61	340.812,46	1.065.956,51	6.219.555,19
FUNTEC													-
CAST					149,68								149,68
FUNDO DE TRÂNSITO	455.258,61	398.973,35	405.007,39	514.300,45	525.090,62	513.009,26	605.639,89	594.446,91	901.513,76	630.550,14	945.189,88	756.926,89	7.245.907,15
FAPES	505.735,19	424.628,03	428.043,09	422.366,52	473.257,52	413.335,71	405.936,59	843.028,45	409.597,73	406.483,54	427.911,95	455.642,44	5.615.966,76
Compensação Financ. entre Regimes Previd.													-
Receita Intraorçamentária													-
DEDUÇÕES (II)	12.762.479,26	8.816.734,73	13.770.018,77	11.813.617,46	8.624.365,78	15.376.322,60	8.078.240,51	13.783.385,15	16.683.175,07	11.723.848,73	15.633.068,44	12.991.385,21	150.056.641,71
Contrib. servidor para plano previd. e rendim. aplic.financ. do RPPS	2.070.189,75	2.095.992,07	2.082.938,33	2.116.490,58	2.139.507,84	2.112.819,22	2.276.193,66	6.198.773,38	120.479,96	2.215.404,86	2.250.214,46	2.408.181,78	28.087.185,89
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	406.832,67	407.428,68	401.250,51	405.393,68	395.989,64	395.989,64	388.552,38	814.474,81	392.200,53	388.843,65	410.210,37	436.859,16	5.244.025,72
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	3.781.768,05	1.090.579,31	6.414.074,63	3.675.058,88	1.266.216,06	7.827.071,88	330.499,30	1.338.521,54	7.018.686,10	2.394.831,38	7.111.742,83	4.116.769,40	46.365.819,36
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	6.503.688,79	5.222.734,67	4.871.755,30	5.616.674,32	4.822.652,24	5.040.441,86	5.082.995,17	5.431.615,42	9.151.808,48	6.724.768,84	5.860.900,78	6.029.574,87	70.359.610,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	62.381.409,16	52.681.894,23	57.732.883,47	55.925.678,71	52.299.795,68	51.713.281,65	55.775.376,69	67.753.826,85	65.955.714,98	57.487.502,29	66.489.743,26	66.451.003,86	712.648.110,83
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)			740.453,00										740.453,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	62.381.409,16	52.681.894,23	56.992.430,47	55.925.678,71	52.299.795,68	51.713.281,65	55.775.376,69	67.753.826,85	65.955.714,98	57.487.502,29	66.489.743,26	66.451.003,86	711.907.657,83
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)			400.000,00										400.000,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)									416.249,40	264.611,96	576.428,20	422.190,35	1.679.479,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	62.381.409,16	52.681.894,23	56.592.430,47	55.925.678,71	52.299.795,68	51.713.281,65	55.775.376,69	67.753.826,85	65.539.465,58	57.222.890,33	65.913.315,06	66.028.813,51	709.828.177,92

SINCLER GUSTAVO MIGUEL

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E URBANISMO

ANEXO III
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2022 A ABRIL/2023

	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RPNP* (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**32.465.066,29**	**39.509.627,45**	**31.499.162,01**	**34.187.045,01**	**31.956.004,90**	**32.976.883,13**	**43.638.005,28**	**37.720.025,26**	**32.238.243,11**	**33.726.140,99**	**37.203.479,01**	**37.310.626,07**	**424.430.308,51**	**1.430.092,67**
Pessoal Ativo	**24.838.365,93**	**28.769.125,29**	**23.932.412,71**	**26.340.895,66**	**23.618.686,70**	**24.695.419,68**	**31.263.785,60**	**29.137.695,26**	**24.760.671,45**	**25.747.483,53**	**27.722.591,91**	**27.995.242,12**	**318.822.375,84**	**246.546,98**
Vencimentos, vantagens e	21.047.728,00	25.038.577,83	20.044.645,52	22.485.480,01	19.797.464,21	20.810.836,73	24.011.713,96	25.186.629,88	20.802.696,58	21.854.168,97	23.393.976,64	23.595.287,71	268.069.206,04	206.465,73
Contribuições Patronais	3.790.637,93	3.730.547,46	3.887.767,19	3.855.415,65	3.821.222,49	3.884.582,95	7.252.071,64	3.951.065,38	3.957.974,87	3.893.314,56	4.328.615,27	4.399.954,41	50.753.169,80	40.081,25
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	**6.927.814,18**	**9.713.725,83**	**6.974.145,60**	**7.027.058,87**	**7.034.052,77**	**7.048.799,14**	**11.272.041,19**	**7.096.856,31**	**7.176.264,60**	**7.126.768,91**	**7.598.356,41**	**7.758.061,12**	**92.753.944,93**	**0,00**
Aposentadorias, reserva e	6.494.176,69	9.282.395,33	6.357.952,48	6.560.085,35	6.588.406,76	6.609.343,66	10.558.443,30	6.646.087,02	6.695.185,90	6.645.690,21	7.113.201,35	7.271.270,31	86.822.238,36	0,00
Pensões	433.637,49	431.330,50	616.193,12	466.973,52	445.646,01	439.455,48	713.597,89	450.769,29	481.078,70	481.078,70	485.155,06	486.790,81	5.931.706,57	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	**698.886,18**	**1.026.776,33**	**592.603,70**	**819.090,48**	**1.303.265,43**	**1.232.664,31**	**1.102.178,49**	**1.485.473,69**	**301.307,06**	**851.888,55**	**1.882.530,69**	**1.557.322,83**	**12.853.987,74**	**1.183.545,69**
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00										0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**7.820.610,18**	**10.204.661,38**	**7.188.228,00**	**7.386.058,48**	**7.217.467,93**	**7.249.479,12**	**11.613.700,74**	**8.040.365,71**	**7.533.456,75**	**7.661.343,23**	**8.924.322,44**	**8.483.051,96**	**99.322.745,92**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	720.898,83	367.028,05	211.161,02	341.606,11	150.567,40	194.266,01	341.489,33	745.100,54	352.815,53	525.847,67	213.387,03	359.968,16	4.524.135,68	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	171.897,17	123.907,50	2.921,38	17.393,50	32.847,76	6.413,97	170,22	198.408,86	4.376,62	8.726,65	193.977,68	323.677,07	1.084.718,38	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00											0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.927.814,18	9.713.725,83	6.974.145,60	7.027.058,87	7.034.052,77	7.048.799,14	11.272.041,19	7.096.856,31	7.176.264,60	7.126.768,91	7.598.356,41	7.758.061,12	92.753.944,93	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§11, EC 120/2022)											918.601,32	41.345,61	959.946,93	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**24.644.456,11**	**29.304.966,07**	**24.310.934,01**	**26.800.986,53**	**24.738.536,97**	**25.727.404,01**	**32.024.304,54**	**29.679.659,55**	**24.704.786,36**	**26.064.797,76**	**28.279.156,57**	**28.827.574,11**	**325.107.562,59**	**1.430.092,67**

*Restos a Pagar não Processados

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -	712.648.110,83	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas	740.453,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de	400.000,00	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes	1.679.479,91	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	709.828.177,92	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	326.537.655,26	46,00%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III	383.307.216,08	54%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	364.141.855,27	51,30%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	344.976.494,47	48,60%

SINCLER GUSTAVO MIGUEL
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E URBANISMO

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Ofício nº 335/2023-SRH

Toledo, 30 de maio de 2023.

À Sua Excelência o Senhor
LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
Prefeito do Município de
Toledo – PR

Assunto: Criação do Cargo de Professor de Educação Infantil T20.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao recebimento dos ofícios nºs 742, 786 e 853/2023–SMED, expedidos pela Secretaria Municipal da Educação, solicitando e justificando a criação do cargo de **Professor de Educação Infantil T20**, levando-se em conta a necessidade de complementação nos quadros funcionais das Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Solicitamos a Vossa Excelência **a criação de 100 (cem) cargos** de Professor de Educação Infantil T20, com descrição e atribuições (anexo) idênticas ao cargo de Professor de Educação Infantil T40, diferindo quanto à carga horária e vencimentos, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do cargo supracitado.

Desta forma, encaminhamos em anexo planilha da Tabela "B-3"–Quadro do Magistério–Professor de Educação Infantil, com a inclusão do "Padrão 3".

Informamos também que segue em anexo a planilha de custos com a previsão de gastos decorrentes da criação do referido cargo, que já fora encaminhada ao Departamento de Planejamento Orçamentário.

Por fim, informamos que o Ofício nº 315/2023-SRH seja considerado sem efeito.

Atenciosamente,

MARTA FATH
Secretária de Recursos Humanos

WILLIAN MURIEL VOSS
Diretor do Depto. de Gestão de Pessoal

GOVERNO MUNICIPAL
TOLEDO

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO

Ofício Nº 742/2023 – SMED

Toledo, 15 de maio de 2023.

À Senhora
MARTA FATH
Secretária de Recursos Humanos
Toledo – PR

Assunto: Criação do Cargo de Professor de Educação Infantil – 20 (vinte) horas.

Senhora Secretária:

A Secretária Municipal da Educação, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de complementação nos quadros funcionais das Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, **solicita:**

1. A criação do Cargo de Professor de Educação Infantil T20, que diligenciará similarmente aos Professores de Educação Infantil T40.

Nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos acerca da solicitação contida neste documento.

Atenciosamente,

MARLI GONÇALVES COSTA
Secretária Municipal da Educação
Port. nº 320/2022

GOVERNO MUNICIPAL
TOLEDO

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO

Ofício N° 786/2023 – SMED **Toledo, 17 de maio de 2023.**

À Senhora
MARTA FATH
Secretária de Recursos Humanos
Toledo – PR

Assunto: Criação do Cargo de Professor de Educação Infantil – 20 (vinte) horas.

Senhora Secretária:

A Secretária Municipal da Educação, no uso de suas atribuições,

1. Considerando o Ofício nº 742/2023 – SMED, de 15/05/2023, que trata da solicitação da criação do Cargo de Professor de Educação Infantil T20;

2. Considerando o contato via e-mail da Secretaria de Recursos Humanos no dia 16/05/2023, solicitando quantos cargos devem ser criados, informo, que a quantidade é de 100 cargos.

3. Nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos acerca da solicitação contida neste documento.

Atenciosamente,

MARLI GONÇALVES COSTA
Secretária Municipal da Educação
Port. nº 320/2022

GOVERNO MUNICIPAL
TOLEDO

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO

Ofício N° 853/2023 – SMED **Toledo, 30 de maio de 2023.**

À Senhora
MARTA FATH
Secretária de Recursos Humanos
Toledo – PR

Assunto: Justificativa para criação do Cargo de Professor de Educação Infantil T20.

Senhora Secretária:

A Secretária Municipal da Educação, no uso de suas atribuições, complementando os ofícios nº 742 e 786/2023 – SMED, que tratam da solicitação de criação do Cargo de Professor de Educação Infantil T20,

1. Considerando a atual configuração dos Centros Municipais de Educação Infantil, com horários matutinos e vespertinos estabelecidos;

2. Considerando que a maioria dos Centros Municipais de Educação Infantil, realizam o atendimento parcial, com alunos matriculados no período matutino com carga horária de 20 horas semanais e no período vespertino com a mesma carga horária;

3. Considerando que o número de matrículas no período vespertino é superior ao do período matutino, atualmente, temos 1455 alunos no período matutino e 1742 no período vespertino.

4. Além disso, os alunos laudados também concentram suas matrículas no período vespertino, sendo necessário uma demanda de contratação de Professores de Educação Infantil com carga horária de 20 horas semanais, para o atendimento desses alunos.

5. Nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos acerca da solicitação.

Atenciosamente,

MARLI GONÇALVES COSTA
Secretária Municipal da Educação
Port. nº 320/2022

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

LEI Nº 2.074, de 14 de outubro de 2011 **(VERSÃO COMPILADA)**

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

(Vide texto original da Lei)

(Vide texto consolidado da Lei)

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES BÁSICAS

Art. 1º – Esta Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo e engloba os seguintes profissionais:

I – Professor T20;
II – Professor T40;
III – Professor de Educação Física;
IV – Professor de Educação Infantil.

Art. 2º – Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCRM) para os profissionais do quadro do magistério público municipal de Toledo.

Parágrafo único – O Plano, englobando cargos e vencimentos, tem por objetivo dar organicidade e sistematicidade à ação do Poder Público, fundamentando-se na valorização dos servidores, oportunizando de forma objetiva os avanços funcionais até o final de sua carreira, bem como buscando o aprimoramento dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Art. 3º – São considerados profissionais do magistério, para os efeitos desta Lei, aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, como direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação, psicopedagogia e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, e da Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único – Para efeitos desta Lei, consideram-se também profissionais do magistério os professores cedidos a instituições privadas de educação especial.

CAPÍTULO II
DAS CLASSES E DOS CARGOS

Art. 4º – Constituem o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro do Magistério (PCRM):

I – quadro: é o quantitativo de cargos necessários para o desenvolvimento das ações do Poder Público na resolução de seus objetivos fundamentais relacionados ao ensino;

II – cargo: é o conjunto de funções, deveres, atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor;

III – carreira: é o agrupamento de cargos da mesma denominação, dispostos em classes, segundo o grau de atribuições e responsabilidades;

IV – padrão: é o vencimento expresso em algarismos arábicos, aplicável a cada cargo como retribuição financeira pelo seu efetivo exercício, consoante tabelas anexas à presente Lei;

V – referência: é a posição na faixa de vencimentos dentro de cada padrão, identificada pelas letras "A" a "V", correspondentes à posição de um ocupante de cargo nas tabelas de vencimentos referidas no inciso anterior.

§ 1º – O Anexo I desta Lei relaciona os cargos de provimento efetivo do quadro do magistério público municipal, a escolaridade/habilitação específica a ser exigida para cada cargo no respectivo concurso público, o número de cargos e a respectiva jornada diária e semanal de trabalho.

§ 2º – O Anexo II desta Lei relaciona os cargos de provimento efetivo do quadro do magistério público municipal, de acordo com a sua classificação nos padrões de vencimentos.

§ 3º – A carreira, prevista no inciso III do **caput** deste artigo, tem como princípios básicos:

I – profissionalização que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional continuado;

II – condições adequadas de trabalho;

III – remuneração condigna para todos os profissionais do magistério, com vencimento inicial nunca inferior ao valor correspondente ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008;

IV – desenvolvimento funcional baseado na habilitação ou titulação, no desempenho, na qualificação e no tempo de efetivo exercício em funções de magistério, nos termos desta Lei;

V – garantia, aos profissionais no exercício da docência, de período reservado a estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático (hora-atividade de 1/3) e interação professor-aluno (2/3), nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008, incluído em sua carga horária de trabalho;

VI – participação no planejamento, elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da instituição educacional e da rede municipal de ensino;

VII – movimentação dos profissionais entre as instituições educacionais, por meio de critérios objetivos, tendo como base os interesses da aprendizagem dos educandos;

VIII – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

IX – garantia, aos profissionais do magistério, dos meios necessários para o provimento de conhecimentos, valores e habilidades compatíveis com a política da Secretaria Municipal da Educação;

X – estímulo ao aperfeiçoamento, à formação continuada, à especialização **lato sensu** e **stricto sensu**, bem como à melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados ao conjunto da população do Município de Toledo;

XI – experiência docente como pré-requisito para o exercício de outras funções do magistério que não sejam a de docência;

XII – a gestão democrática na rede pública municipal de ensino, com eleição direta para a escolha da direção das instituições educacionais e participação dos conselhos escolares nos encaminhamentos político-administrativos e pedagógicos, nas respectivas instituições educacionais;

XIII – formação e aperfeiçoamento profissional continuado em serviço ou com licenciamento remunerado, ofertados pela Secretaria Municipal da Educação ou instituições formadoras, mediante regulamentação específica. (dispositivo regulamentado pelo Decreto nº 163, de 14 de agosto de 2013)

CAPÍTULO III
DA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 5º – Provimento é a investidura em cargo do quadro do magistério público municipal de Toledo e dar-se-á por concurso público de provas e títulos, na referência inicial da respectiva carreira.

Art. 6º – O Executivo municipal regulamentará, por decreto, as atribuições dos cargos constantes do Anexo I da presente Lei, assim como a respectiva carreira.

Art. 7º – No edital de concurso público deverão constar, necessariamente:

I – os cargos a serem providos;
II – os requisitos exigidos em lei;
III – a forma de seleção;
IV – o prazo de validade do concurso;
V – as competências/atribuições do cargo.

Art. 8º – Ao entrar em exercício, o servidor do quadro do magistério ficará sujeito a estágio probatório, na forma e nas condições estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo.

§ 1º – Durante o estágio probatório, o servidor não poderá ser transferido para outra unidade ou estabelecimento, salvo por necessidade imperiosa do serviço público, podendo ser removido uma única vez no período.

§ 2 – O servidor que, na data da publicação desta Lei, seja titular de dois cargos exercê-los-á preferencialmente no mesmo local, salvo por motivo maior e de acordo com as normas do processo de remoção.

CAPÍTULO IV
DO AVANÇO FUNCIONAL

Art. 9º – O servidor do quadro do magistério público municipal, no efetivo exercício das respectivas funções, avançará na carreira através de:

I – progressão;

II – ascensão.

§ 1º – Não terá direito a avanço na carreira o servidor do quadro do magistério que exerça funções diferentes das especificadas no artigo 3º e seu parágrafo único desta Lei.

§ 2º – Os servidores readaptados ou em desvio de função serão mantidos, preferencialmente, na Secretaria da Educação, salvo:

I – se não houver vagas no local para a nova função que o servidor readaptado ou em desvio de função irá exercer;

II – se o servidor solicitar, por ato motivado, remoção para outra Secretaria ou local de trabalho;

III – por orientação médica, mediante ato fundamentado de que o servidor não possa exercer suas funções na Secretaria da Educação ou local de trabalho de origem;

IV – no interesse da administração.

§ 3º – A permanência ou não do servidor na Secretaria da Educação, nos casos descritos nos incisos do parágrafo anterior, será definida após análise criteriosa das solicitações por parte da Administração.

Art. 10 – Progressão é a passagem do servidor de uma referência para outra, dentro do mesmo padrão, da seguinte forma:

I – por mérito, podendo ocorrer a cada três anos, se o servidor obtiver a avaliação mínima exigida para tal, em criterioso sistema de avaliação de desempenho, a ser estabelecido em regulamento próprio: uma referência;

II – por titulação, de acordo com os seguintes critérios:

a) certificado de conclusão de curso superior de licenciatura plena, se este não tiver sido pré-requisito do cargo: seis referências, passando para o padrão 02 da Tabela "B-1", em Referência de valor igual ou imediatamente superior ao da Referência atingida no Padrão 01;

b) certificado de conclusão de curso de especialização **lato sensu**, na área de educação básica (gestão escolar, educação infantil, ensino fundamental e modalidades afins), obtido na forma legal, de acordo com o sistema universitário: uma referência;

c) título de mestre ou doutor: duas referências, observados os seguintes critérios:

1. que o mestrado ou doutorado seja realizado após a nomeação do servidor no cargo em que pretende a progressão;

2. só será permitida a servidores com mais de cinco anos de serviço prestado ao magistério público municipal de Toledo e para cuja aposentadoria faltem, no mínimo, cinco anos;

3. o limite de uma única progressão por servidor;

4. o limite máximo de progressão de quatro servidores por ano, observado o critério maior tempo de serviço prestado ao magistério público municipal de Toledo.

III – por qualificação, a cada interstício de dois anos, através da comprovação da realização de 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos na área de atuação, ministrados por instituições formadoras, conforme critérios e requisitos a serem detalhados em regulamento: uma referência. (Vide Regulamento – Decreto nº 906/2016)

§ 1º – Para os fins das progressões a que se referem os incisos II e III do **caput** deste artigo só serão considerados os cursos realizados pelo servidor após a sua nomeação e posse no cargo em que pretende a progressão.

§ 2º – Para efeito de progressão por titulação, em se tratando de cursos de especialização **lato sensu** à distância, adotar-se-ão os seguintes critérios:

I – serão considerados os ministrados por instituições públicas de ensino superior;

II – quando realizados através de instituições privadas de ensino superior, só serão considerados aqueles cujas atividades a eles relativas sejam desenvolvidas, mediante controle de frequência, na Escola de Administração Pública.

§ 3º – Para fins de progressão por qualificação, serão, também, considerados:

I – os demais cursos de graduação feitos pelos professores, desde que sejam relacionados à área da educação, administração escolar ou congênere e que tenham sido realizados após a posse do professor no cargo;

II – os cursos que os professores realizarem em consonância com as exigências da avaliação de desempenho.

§ 4º – Os cursos à distância não serão considerados para efeito de progressão por qualificação, exceto aqueles realizados através da Escola de Administração Pública e/ou aqueles especificamente autorizados pela administração municipal.

§ 5º – Os servidores que concluírem os cursos referidos nas alíneas do inciso II e no inciso III do **caput** deste artigo durante o período de estágio probatório, farão jus à respectiva progressão somente após a conclusão do estágio, sem efeito retroativo.

§ 6º – São instituições formadoras para fins de ministrar cursos para qualificação/formação dos servidores do quadro do magistério:

I – Escola de Administração Pública;

II – instituições de cursos superiores;

III – instituições federais, estaduais ou municipais que promovam a formação continuada para fins de qualificação de pessoal;

IV – órgãos e entidades de classe com os quais o Município celebre convênio específico para a sua realização;

V – outras com as quais o Município venha a celebrar convênio.

§ 7º – Tendo chegado à última referência de seu padrão, o servidor não mais terá direito a progressão dentro do mesmo padrão.

Art. 11 – A **ascensão** consiste na passagem do servidor, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de um cargo para outro.

§ 1º – Nos casos de ascensão, o servidor será enquadrado na referência inicial do padrão correspondente ao cargo para o qual prestou concurso, independentemente do tempo de serviço já prestado ao Município.

§ 2º – Ao servidor que for ascendido, conforme o disposto neste artigo, será garantido o percentual de tempo de serviço por ele prestado ao Município de Toledo, nos termos da Lei nº 1.822/1999.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 12 – Avaliação de desempenho é o processo que tem por finalidade aferir objetivamente o resultado do trabalho efetivo dos servidores, fornecendo subsídios para o planejamento de recursos humanos da administração pública do Município de Toledo na área do ensino e para eventual progressão por mérito do servidor na carreira.

Art. 13 – A avaliação de desempenho exigirá o rigoroso cumprimento das seguintes etapas:

I – pré-desempenho: nesta fase, são estabelecidos os critérios de aferição e acompanhamento, os prazos para cumprimento dos objetivos, tarefas ou atividades, de forma a assegurar que o servidor tenha completo conhecimento da expectativa da equipe pedagógica, contida na proposta pedagógica da escola, em relação ao trabalho que deve ser realizado;

II – desempenho: nesta fase, a equipe pedagógica fará o acompanhamento do desempenho do servidor, registrando os fatos mais significativos que estejam ocorrendo;

III – pós-desempenho: nesta fase, a equipe pedagógica e demais integrantes da comissão de avaliação e o servidor devem formalizar o resultado final da avaliação, aferindo o que foi realizado em comparação ao estabelecido na fase de pré-desempenho.

§ 1º – Todas as fases da avaliação de desempenho devem ser registradas por escrito, sempre com a participação da equipe pedagógica e, facultativamente, do servidor.

§ 2º – Os servidores que tenham servido em mais de uma unidade administrativa serão avaliados por todas as chefias às quais estiveram vinculados, cumpridas as três fases da avaliação de desempenho referidas nos incisos do **caput** deste artigo.

Art. 14 – O Poder Executivo, através de decreto, para fiel execução desta Lei, regulamentará os procedimentos da avaliação de desempenho, estabelecendo o método objetivo de aplicação e os critérios a serem considerados, a fim de atender as peculiaridades específicas de atuação dos profissionais da educação e de apurar o mérito dos servidores municipais, para efeito de progressão na carreira.

Parágrafo único – A sistemática e os critérios da avaliação de desempenho a que se refere o **caput** deste artigo dependerão de prévia análise por Comissão paritária constituída especificamente para esse fim, devendo ser revistos a cada triênio.

Art. 15 – Os servidores no exercício de função de chefia que, juntamente com os membros da Comissão de Avaliação, tiverem avaliado seus subordinados, serão por eles avaliados, segundo critérios específicos relativos à competência e à habilidade de liderar e desenvolver pessoas e grupos.

Art. 16 – O servidor que não concordar com o resultado de sua avaliação de desempenho, terá o direito de recorrer administrativamente a uma comissão a ser designada especificamente para este fim, num prazo de vinte dias úteis.

Parágrafo único – A Comissão de que trata o **caput** deste artigo terá o mesmo prazo para responder à revisão solicitada, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CAPÍTULO VI
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 17 – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
I – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
II – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
III – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
IV – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
a) (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)
b) (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)

§ 1º – Para o exercício das funções de Diretor de Escola, Coordenador de Escola e Coordenador de Área Pedagógica, será exigida graduação em pedagogia ou licenciatura plena em curso relacionado à área de educação.

§ 2º – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)

§ 3º – O desempenho de Função Gratificada exigirá do professor dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse do serviço público, desde que seja para prestar serviços na área/função de atuação, não fazendo jus, neste caso, ao recebimento de adicional de hora-extra.

§ 4º – O professor que recebe gratificação de função e que for convocado pela Administração para eventuais atividades que não sejam congêneres à sua área/função de atuação fora de seu horário normal de trabalho perceberá adicional de hora-extra, nos termos da Lei nº 1.822/1999.

Art. 18 – (revogado pela Lei nº 2.158, de 18 de dezembro de 2013)

CAPÍTULO VII
DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Art. 19 – Os valores financeiros devidos aos profissionais do magistério pelo exercício regular de suas atribuições, a título de vencimento, são os constantes nas seguintes tabelas, anexas à presente Lei:

I – Tabela "B-1": para os servidores titulares do cargo de Professor I, para cujo ingresso no serviço público tenha sido exigido curso de magistério de 2º grau;

II – Tabela "B-2": para os servidores titulares dos cargos de Professor II T20 e T40, para cujo ingresso no serviço público seja exigido curso superior de licenciatura plena na área de educação, e do cargo de Professor de Educação Física;

III – Tabela "B-3": para os servidores titulares do cargo de Professor de Educação Infantil.

CAPÍTULO VIII
DOS CONCURSOS PÚBLICOS

Art. 20 – O Executivo Municipal baixará decreto estabelecendo o Regulamento Geral de Concursos para provimento de cargos do quadro do magistério público municipal de Toledo, cumpridos os critérios estabelecidos no artigo 134 da Lei Orgânica.

CAPÍTULO IX
DA GESTÃO DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

Art. 21 – A gestão do quadro de profissionais da educação de que trata a presente Lei compete à Secretaria de Recursos Humanos do Município, com a participação da Secretaria da Educação, às quais caberá, essencialmente:

I – implementar e coordenar a sistemática de avaliação de desempenho, incluindo o detalhamento dos procedimentos previstos nesta Lei, o treinamento dos avaliadores, bem como o acompanhamento e a tabulação dos resultados;

II – manter atualizadas as especificações de cargos;

III – detalhar, com base no quadro quantitativo de pessoal aprovado, o planejamento e a previsão dos recursos humanos para o exercício seguinte, incluindo o provimento de cargos por concurso público, promoção, remanejamento, movimentação ou reabilitação de pessoal;

IV – submeter ao Prefeito Municipal os atos necessários à implantação e aplicação desta Lei.

CAPÍTULO X
DA LOTAÇÃO

Art. 22 – Os servidores serão inscritos no Sistema Integrado de Pessoal (SIP) e lotados na Secretaria da Educação, que os designará para prestarem serviços nas diversas unidades a ela vinculadas, em conformidade com as respectivas necessidades e peculiaridades e a disponibilidade de vagas e de pessoal.

CAPÍTULO XI
DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 23 – A educação física será ministrada por professores habilitados, com licenciatura ou bacharelado em educação física, desde que este tenha curso técnico em magistério para exercer a profissão.

Art. 24 – O Município garantirá, gradativamente, o número de profissionais suficientes para ministrarem aulas de educação física aos educandos,

conforme estudos e parecer do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal da Educação.

CAPÍTULO XII
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 25 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 26 – A educação infantil será oferecida em:
I – creches, para crianças de até três anos de idade;
II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 27 – O cargo de professor de educação infantil será exercido por profissionais habilitados com curso superior.

CAPÍTULO XIII
DAS ATIVIDADES VINCULADAS AO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Art. 28 – As atividades complementares ao exercício da docência deverão ser desenvolvidas de acordo com a proposta pedagógica da instituição educacional e compreendem:
I – hora-atividade;
II – articulação com a comunidade escolar;
III – formação continuada;
IV – desenvolvimento das atividades relacionadas a projetos da instituição educacional e da Secretaria da Educação.

§ 1º – A hora-atividade a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo será garantida nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 ou sua sucedânea.

§ 2º – A docência será desenvolvida com dois terços das atividades de interação professor-aluno e um terço com hora-atividade.

§ 3º – A hora-atividade referida neste artigo destinar-se-á ao planejamento das atividades vinculadas à docência.

§ 4º – A Secretaria da Educação terá uma equipe volante para suprir as ausências de profissionais de modo a garantir a realização das respectivas horas-atividades.

§ 5º – A formação continuada objetiva a qualificação constante do profissional do magistério e poderá ser ministrada por qualquer das instituições referidas nos incisos do § 6º do artigo 10 desta Lei.

§ 6º – Os servidores que atuarem como ministrantes em atividades da formação continuada para os integrantes do quadro do magistério público municipal de Toledo receberão o respectivo certificado pelo exercício de tais funções, o qual será considerado para efeito de progressão por qualificação.

§ 7º– Para os fins do disposto no parágrafo anterior, a carga horária do certificado de ministrante não poderá ser superior à oferecida pela Secretaria da Educação aos professores da rede municipal de ensino.

CAPÍTULO XIV
DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Art. 29 – O Município garantirá condições adequadas para os profissionais do magistério exercerem suas atividades e prestarem um serviço de qualidade aos educandos.

Art. 30 – Os ambientes de trabalho dos profissionais do magistério serão vistoriados pelos técnicos em segurança do trabalho quando solicitado, para que as condições de trabalho sejam atendidas.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 – Além de ambientes adequados, a administração respeitará os números de alunos por turma, de acordo com as normas do sistema municipal de ensino.

Art. 32 – (revogado pela Lei nº 2.269, de 11 de setembro de 2018)

Parágrafo único – (revogado pela Lei nº 2.269, de 11 de setembro de 2018)

Art. 33 – (revogado pela Lei nº 2.269, de 11 de setembro de 2018)

Art. 34 – A progressão por mérito dos professores que, por ocasião da entrada em vigor desta Lei, se encontrarem enquadrados na Referência "T" dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

I – os que se encontrarem na Referência "T" há cinco anos, terão direito à progressão para a Referência "U" no mês de janeiro de 2012;

II – os que se encontrarem na Referência "T" há dois, três e quatro anos, terão direito à progressão para a Referência "U" no mês de janeiro de 2013;

III – os demais, terão direito à progressão para a Referência "U" após completarem o ciclo de três avaliações de desempenho.

Art. 35 – Os professores a que se refere o artigo anterior e que tiverem direito à progressão por qualificação a partir da publicação desta Lei, poderão requerê-la a partir de julho de 2012, nos termos do respectivo regulamento e das demais normas pertinentes previstas nesta Lei.

Art. 36 – Esta Lei será alterada sempre que leis superiores que regem a educação estabelecerem novos critérios para o quadro do magistério ou para a educação básica.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

Art. 37 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o inciso I do **caput** do artigo 20 da Lei nº 1.821, de 27 de abril de 1999, com a redação dada pela Lei nº 1.963, de 13 de agosto de 2007.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2011.

JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação: ÓRGAO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, nº 373, de 17/10/2011

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO OCUP.	CLASSE	JORNADA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO	Nº DE CARGOS
B-8	Professor I	4 horas diárias e 20 horas semanais	Curso de Magistério, em nível de Ensino Médio	148 (13)
	Professor II T20	4 horas diárias e 20 horas semanais	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior, mais habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil.	928 (14)
	Professor II T20 Bilíngue para o Ensino de Libras (linha acrescida pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)	4 horas diárias e 20 horas semanais	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras.	12 (14)
	Professor II T20 Bilíngue de Apoio (linha acrescida pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)	4 horas diárias e 20 horas semanais	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras.	17 (14)
	Professor II T20 Bilíngue para o Atendimento Educacional Especializado – Surdez (AEE- Surdez) (linha acrescida pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)	4 horas diárias e 20 horas semanais	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras, mais Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	12 (14)
	Professor II T40	8 horas diárias e 40 horas semanais	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior, mais habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil	100 (12)
	Professor de Educação Física	4 horas diárias e 20 horas semanais	Bacharelado ou licenciatura plena na área de Educação Física, com formação de Magistério, em nível médio; ou licenciatura plena na área de Educação Física, com habilitação para séries iniciais do ensino fundamental.	120 (14)

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

	Professor de Educação Infantil	7 horas diárias e 35 horas semanais	Curso superior completo em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em educação infantil, admitindo-se, ainda, Licenciatura Plena na área de Educação, com formação de magistério em nível médio	165 (13)
	Professor de Educação Infantil T40 (6)	8 horas diárias e 40 horas semanais (6)	Superior completo em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Educação Infantil, admitindo-se, ainda, Licenciatura Plena na Área de Educação, com ensino Médio Normal (Magistério) completo (6)	501 (14)
TOTAL				**2.003** (14)

(1) – Redação dada pela Lei nº 2.091, de 9 de março de 2012
(2) – Redação dada pela Lei nº 2.112, de 7 de dezembro de 2012
(3) – Redação dada pela Lei nº 2.142, de 14 de agosto de 2013
(4) – Redação dada pela Lei nº 2.151, de 6 de novembro de 2013
(5) – Redação dada pela Lei nº 2.170, de 15 de maio de 2014
(6) – Carreira incluída pela Lei nº 2.214, de 6 de novembro de 2015
(7) – Redação dada pela Lei nº 2.258, de 25 de abril de 2018
(8) – Redação dada pela Lei nº 2.275, de 22 de novembro de 2018
(9) – Redação dada pela Lei nº 2.282, de 27 de março de 2019
(10) – Redação dada pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019
(11) – Redação dada pela Lei nº 2.316, de 7 de abril de 2020
(12) – Redação dada pela Lei nº 2.375, de 23 de dezembro de 2021
(13) – Redação dada pela Lei nº 2.426, de 10 de maio de 2022
(14) – Redação dada pela Lei nº 2.485, de 5 de setembro de 2022

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

ANEXO II

CARGOS DO MAGISTÉRIO DE ACORDO COM O PADRÃO DE VENCIMENTOS

~~TABELA "B-1"~~ (Tabela extinta pela Lei nº 2.570, de 11 de abril de 2023)	
TABELA "B-2"	
PADRÃO	**CARGO**
01	Professor II T20 Professor de Educação Física Professor II T20 Bilíngue para o Ensino de Libras (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019) Professor II T20 Bilíngue de Apoio (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019) Professor II T20 Bilíngue para o Atendimento Educacional Especializado – Surdez (AEE- Surdez) (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)
02	Professor II T40
TABELA "B-3"	
PADRÃO	**CARGO**
01	Professor de Educação Infantil
02 (1)	Professor de Educação Infantil T40 (1)

(1) – Padrão incluído pela Lei nº 2.214, de 6 de novembro de 2015

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

TABELAS DE VENCIMENTOS - QUADRO DO MAGISTÉRIO - SETEMBRO/2011

TABELA "B-1" - QUADRO DO MAGISTÉRIO - EXIGÊNCIA DE CURSO DE MAGISTÉRIO DE 2º GRAU NO CONCURSO PÚBLICO

PA/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
1	594,42	624,14	655,34	688,11	722,52	758,64	796,58	836,40	878,22	922,14	968,24	1.016,66	1.067,49	1.120,86	1.176,91	1.235,75	1.297,54	1.362,42	1.430,54	1.502,06	1.577,17	1.656,02
2	891,65	936,23	983,05	1.032,20	1.083,81	1.138,00	1.194,90	1.254,64	1.317,37	1.383,24	1.452,41	1.525,03	1.601,28	1.681,34	1.765,41	1.853,68	1.946,36	2.043,68	2.145,86	2.253,16	2.365,82	2.484,11

TABELA "B-2" - QUADRO DO MAGISTÉRIO - EXIGÊNCIA DE LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO (ANEXO I DO PCRM)

PA/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
1	1.013,20	1.063,86	1.117,05	1.172,90	1.231,55	1.293,12	1.357,78	1.425,67	1.496,95	1.571,80	1.650,39	1.732,91	1.819,56	1.910,53	2.006,06	2.106,36	2.211,68	2.322,27	2.438,38	2.560,30	2.688,31	2.822,73
2	2.026,39	2.127,71	2.234,10	2.345,80	2.463,09	2.586,25	2.715,56	2.851,34	2.993,91	3.143,60	3.300,78	3.465,82	3.639,11	3.821,07	4.012,12	4.212,73	4.423,36	4.644,53	4.876,76	5.120,60	5.376,63	5.645,46

TABELA "B-3" - QUADRO DO MAGISTÉRIO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- 35 HORAS SEMANAIS - EXIGÊNCIA CURSO SUPERIOR (ANEXO I DO PCRM)

PA/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
1	1.773,10	1.861,76	1.954,84	2.052,58	2.155,21	2.262,97	2.376,12	2.494,93	2.619,68	2.750,66	2.888,19	3.032,60	3.184,23	3.343,44	3.510,62	3.686,15	3.870,45	4.063,98	4.267,18	4.480,54	4.704,56	4.939,79

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

DESCRIÇÃO DE CLASSE:	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T40** (incluída pela Lei nº 2.214, de 6 de novembro de 2015)		
NÍVEL:	ENSINO SUPERIOR	**CARGA HORÁRIA SEMANAL:**	40 HORAS
CARREIRA:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
GRUPO OCUPACIONAL:	B-8 EDUCAÇÃO		
ESCOLARIDADE	SUPERIOR COMPLETO EM PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR, COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL, ADMITINDO-SE, AINDA, LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, COM ENSINO MEDIO NORMAL (MAGISTÉRIO) COMPLETO		

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar o planejamento das atividades e dos projetos a serem realizados na instituição, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Deliberações do Conselho Municipal de Educação de Toledo, Currículo Básico para a Região Oeste do Paraná/ AMOP e Projeto Político-Pedagógico.

Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados.

Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento.

Planejar, em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extra-classe a serem realizadas.

Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico.

Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, crianças, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da Instituição de Ensino.

Detectar casos de crianças que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao profissional responsável pelas áreas afins.

Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula.

Executar todos os procedimentos de registros referentes ao processo de avaliação das crianças.

Zelar pelo patrimônio da instituição de ensino.

Planejar e Desenvolver atividades atendendo ao que preconiza a legislação da Educação Infantil: o cuidar e o educar indissociavelmente, oportunizando uma educação integral, priorizando o desenvolvimento físico, motor, intelectual e afetivo às crianças sob sua responsabilidade.

Atender as crianças, respeitando seu estágio de desenvolvimento, de acordo com suas habilidades e limitações.

Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na instituição de ensino em relação à educação, segurança, higiene e saúde, bem como no cuidado de todas, nos horários em que estiverem fora da sala, em outros espaços da instituição.

Realizar observações, registro, avaliação e planejamento de atividades pedagógicas próprias de cada faixa etária em conjunto com a coordenação.

Informar aos pais e/ou responsáveis sobre o desenvolvimento integral da criança (cognitivo, afetivo, motor e social).

Orientar, acompanhar e auxiliar as crianças durante a alimentação, repouso e higienização (escovação de dentes, higienização das mãos antes e depois das refeições, no banho, na ida ao banheiro), realizando os banhos e trocas quando necessário.

Incentivar hábitos de organização e asseio às crianças, zelando pela limpeza e higiene pessoal e do ambiente de escolar, orientando para criar hábitos de economia.

Participar na elaboração, execução, avaliação e reformulação do regimento interno da instituição e do Projeto Político-Pedagógico.

Respeitar os horários de medicamentos e dietas (quando necessário), em conformidade com prescrições médicas.

Receber e entregar as crianças aos responsáveis, observando estritamente os procedimentos preestabelecidos pelo Regimento Interno da instituição.

Contribuir com o bem-estar das crianças, propiciando um ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, tranquilidade e aconchego durante o período de adaptação, bem como adequando e organizando o espaço para o período de descanso das crianças, observando-as durante esse período.

Controlar a frequência e pontualidade das crianças na instituição, comunicar à coordenação em caso de faltas e atrasos em excesso, de acordo com Regimento Interno.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

Auxiliar a criança na execução de atividades diárias, responsabilizando-se pelo processo de ensino-aprendizagem, estimulando-a em todas suas ações e movimentos, bem como incentivando-a a engatinhar, sentar e andar e propiciando o direito de comer sozinha, promovendo sua autonomia.

Tomar as devidas precauções para evitar o contágio de doenças infecto-contagiosas que possam ocorrer entre as crianças na instituição.

Comunicar aos pais e/ou responsáveis e à coordenação quando a criança adoecer no período de permanência na instituição.

Realizar procedimentos relacionados à saúde da criança no que diz respeito à temperatura, medicando-a conforme receituário médico e prestando atendimento prévio em caso de acidentes, comunicando e orientando os pais/responsáveis.

Discutir com a coordenação da instituição, qualquer dúvida ou dificuldade em relação à criança e à família, acatando a orientação recebida.

Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, no que diz respeito aos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais.

Promover e/ou favorecer a adaptação das crianças admitidas na instituição.

Participar de reuniões, programações e do planejamento de atividades desenvolvidas pela instituição.

Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico.

Manter e promover um relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, crianças, pais e diversos segmentos da comunidade, envolvidos nas atividades da instituição.

Zelar pelo patrimônio e organização do ambiente.

Desempenhar outras atividades correlatas.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

DESCRIÇÃO DE CLASSE:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE PARA O ENSINO DE LIBRAS (Anexo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)		
NÍVEL:	ENSINO SUPERIOR	**CARGA HORÁRIA SEMANAL:**	20 HORAS
CARREIRA:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE PARA O ENSINO DE LIBRAS		
GRUPO OCUPACIONAL:	B-8 EDUCAÇÃO		
ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO:	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras.		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Ensinar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como disciplina a ser ministrada a todas as turmas da escola;
- Viabilizar a prática da conversação mediante a utilização da Libras.

Descrição detalhada das tarefas:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do regimento escolar e do projeto político-pedagógico da escola;
- Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados;
- Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento;
- Emitir parecer, sempre que necessário, sobre recursos interpostos por pais ou responsáveis, com base no sistema de avaliação da escola;
- Planejar em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extraclasse a serem realizadas;
- Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico;
- Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdos a serem proporcionados aos alunos;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da escola;
- Detectar casos de alunos que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao coordenador pedagógico;
- Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula;
- Executar todos os procedimentos de registros referentes ao processo de avaliação de seus alunos;
- Zelar pelo patrimônio escolar;
- Estudar o currículo escolar e responsabilizar-se pela sua aplicação;
- Planejar o trabalho diário de sala de aula;
- Manter os pais informados das condições de aprendizado de seus filhos;
- Participar dos conselhos de classe, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas;
- Desempenhar outras atividades correlatas;
- Desempenhar as atividades e atribuições gerais inerentes ao cargo de Professor II T20 quando não houver demanda para atuação nas funções específicas relacionadas ao seu cargo.

Competências pessoais para o cargo: Raciocínio, Atenção e Concentração, Agilidade psicomotora, Relacionamento interpessoal, Controle emocional, Organização, Habilidades sociais, Empatia, Assertividade, Disciplina, Liderança e domínio da Língua Brasileira de Sinais.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

DESCRIÇÃO DE CLASSE:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE DE APOIO (Anexo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)		
NÍVEL:	ENSINO SUPERIOR	**CARGA HORÁRIA SEMANAL:**	20 HORAS
CARREIRA:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE DE APOIO		
GRUPO OCUPACIONAL:	B-8 EDUCAÇÃO		
ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO:	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras.		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Realizar intermediações e inferências, prestar auxílios e demais atividades habituais, face à sua atuação direta com o professor regente na busca por meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo e/ou deficiente auditivo possa ser favorecido com uma aprendizagem pensada, elaborada para este fim;
- Intermediar a comunicação entre surdos e/ou deficientes auditivos e ouvintes;
- Fazer com que as relações comunicativas e de ensino com alunos surdos e/ou deficientes auditivos e ouvintes em sala de aula aconteçam da melhor maneira possível;
- Participar ativamente no planejamento das disciplinas;
- Preparar o material e as adequações necessárias à intermediação.

Descrição detalhada das tarefas:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do regimento escolar e do projeto político-pedagógico da escola;
- Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados;
- Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento;
- Emitir parecer, sempre que necessário, sobre recursos interpostos por pais ou responsáveis, com base no sistema de avaliação da escola;
- Planejar em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extraclasse a serem realizadas;
- Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico;
- Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdos a serem proporcionados aos alunos;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da escola;
- Detectar casos de alunos que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao coordenador pedagógico;
- Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula;
- Executar todos os procedimentos de registros referentes ao processo de avaliação de seus alunos;
- Zelar pelo patrimônio escolar;
- Estudar o currículo escolar e responsabilizar-se pela sua aplicação;
- Planejar o trabalho diário de sala de aula;
- Manter os pais informados das condições de aprendizado de seus filhos;
- Participar dos conselhos de classe, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas;
- Desempenhar outras atividades correlatas;
- Desempenhar as atividades e atribuições gerais inerentes ao cargo de Professor II T20 quando não houver demanda para atuação nas funções específicas relacionadas ao seu cargo.

Competências pessoais para o cargo: Raciocínio, Atenção e Concentração, Agilidade psicomotora, Relacionamento interpessoal, Controle emocional, Organização, Habilidades sociais, Empatia, Assertividade, Disciplina, Liderança e domínio da Língua Brasileira de Sinais.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

DESCRIÇÃO DE CLASSE:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – SURDEZ (AEE-SURDEZ) (Anexo acrescido pela Lei nº 2.294, de 19 de junho de 2019)		
NÍVEL:	ENSINO SUPERIOR	**CARGA HORÁRIA SEMANAL:**	20 HORAS
CARREIRA:	PROFESSOR II T20 BILÍNGUE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – SURDEZ (AEE-SURDEZ)		
GRUPO OCUPACIONAL:	B-8 EDUCAÇÃO		
ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO:	Licenciatura plena na área de educação, com formação de Magistério, em nível médio; ou Formação em Pedagogia ou em Normal Superior com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil. Formação adicional exigida: Graduação em Letras/Libras ou Graduação em Letras Língua Portuguesa/Libras ou Proficiência em Libras, mais Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.		

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Ensinar a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- Ensinar em Libras os conteúdos das disciplinas da parte comum e diversificada em que o aluno apresentar dificuldades significativas de aprendizagem;
- Praticar conversação com os alunos, oportunizando momentos individuais somente com o professor que presta o atendimento (AEE-Surdez) e outros em grupos, para que os alunos com deficiência auditiva e/ou surdez se comuniquem entre si e com o professor do AEE-Surdez.

Descrição detalhada das tarefas:
- Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o plano curricular e as diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do regimento escolar e do projeto político-pedagógico da escola;
- Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados;
- Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento;
- Emitir parecer, sempre que necessário, sobre recursos interpostos por pais ou responsáveis, com base no sistema de avaliação da escola;
- Planejar em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extraclasse a serem realizadas;
- Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico;
- Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdos a serem proporcionados aos alunos;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da escola;
- Detectar casos de alunos que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao coordenador pedagógico;
- Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula;
- Executar todos os procedimentos de registros referentes ao processo de avaliação de seus alunos;
- Zelar pelo patrimônio escolar;
- Estudar o currículo escolar e responsabilizar-se pela sua aplicação;
- Planejar o trabalho diário de sala de aula;
- Manter os pais informados das condições de aprendizado de seus filhos;
- Participar dos conselhos de classe, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas;
- Desempenhar outras atividades correlatas;
- Desempenhar as atividades e atribuições gerais inerentes ao cargo de Professor II T20 quando não houver demanda para atuação nas funções específicas relacionadas ao seu cargo.

Competências pessoais para o cargo: Raciocínio, Atenção e Concentração, Agilidade psicomotora, Relacionamento interpessoal, Controle emocional, Organização, Habilidades sociais, Empatia, Assertividade, Disciplina, Liderança e domínio da Língua Brasileira de Sinais.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

TABELA "B-3" - QUADRO DO MAGISTÉRIO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PAD/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
1	2.258,59	2.371,52	2.490,09	2.614,60	2.745,33	2.882,59	3.026,72	3.178,06	3.336,96	3.503,81	3.679,00	3.862,95	4.056,10	4.258,90	4.471,85	4.695,44	4.930,21	5.176,72	5.435,56	5.707,34	5.992,70	6.292,34
2	2.581,24	2.710,30	2.845,81	2.988,10	3.137,51	3.294,38	3.459,10	3.632,06	3.813,66	4.004,34	4.204,56	4.414,79	4.635,53	4.867,30	5.110,67	5.366,20	5.634,51	5.916,24	6.212,05	6.522,65	6.848,79	7.191,23

(Tabela incluída pela Lei nº 2.214, de 6 de novembro de 2015)